

**A. I. N°** - 110427.0014/04-1  
**AUTUADO** - CEREALISTA COADE LTDA.  
**AUTUANTE** - NÉLIO MANOEL DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ ITABUNA  
**INTERNET** - 15/02/06

## **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0030-05/06**

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não contestada. Entretanto, diante da autuação do item 3 (saldo credor na Conta Caixa) foi excluído, deste item, o imposto exigido referente aos meses de novembro e dezembro de 1999, bem como aquele de março de 2000. Infração caracterizada, porém diminuído o valor originalmente cobrado. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração não contestada. 3. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor na conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Entretanto, como os fatos geradores ocorreram entre março de 1999 a dezembro de 2003 e sendo o contribuinte enquadrado no regime do SIMBAHIA, como microempresa, o imposto apurado até outubro de 2000 deve ser calculado com base na alíquota prevista no art. 386-A do RICMS/97, conforme previsão legal vigente na época. Infração caracterizada, porém em valor do imposto a menos do que aquele apurado. Não acatadas as arguições de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 29/12/2004, exige o ICMS no valor de R\$54.669,43 acrescido das multas de 70%, 60% e 50% em decorrência de:

1. Recolhimento a menos do ICMS, na condição de microempresa, enquadrada no regime simplificado de apuração do imposto - SimBahia - R\$505,00;
2. Recolhimento a menor do ICMS, na condição de empresa de pequeno porte, enquadrada no regime simplificado de apuração do imposto - SimBahia - R\$508,40;
3. Falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação - R\$2.329,44;
4. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor na Conta Caixa nos exercícios de 1999 a 2003 - R\$51.326,59.

O autuado apresentou defesa, através de advogado legalmente constituído (fls. 277/282), discorrendo, inicialmente, sobre os motivos que levaram a fiscalização á lavrar o auto de infração. Em seguida, informou que, por três vezes, solicitou à Repartição Fiscal cópias dos documentos relacionados nos levantamentos sem obter qualquer êxito. Em sendo assim, o seu direito de defesa foi cerceado, o que demonstrava a nulidade da ação fiscal, caso persistisse a situação.

Entretanto, após analisar os documentos relacionados no levantamento fiscal apresentado, identificou e reconheceu como documentos acobertadores de aquisições de mercadorias por ele realizadas dezesseis notas fiscais que se encontravam devidamente registradas no seu livro Registro de Entradas. Indicou cada uma delas. Anexou ao processo cópias dos referidos documentos.

Observou, em seguida, que tinha conhecimento de que a Secretaria da Fazenda montou uma estrutura nos postos fiscais de fronteira que lhe permite obter vias de todas, ou de quase todas, notas fiscais que acompanham mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação, permitindo, assim, fazer um rastreamento delas através dos documentos que as acompanham. Porém, os dados cadastrais de uma empresa (razão social, CNPJ e Inscrição Estadual) qualquer pessoa pode ter acesso. Se o autuante tivesse apresentado as cópias das notas fiscais utilizadas como fundamento à acusação de omissão fiscal, poderia fazer uma análise comparativa entre as mercadorias nelas descritas (tipo, especificação, embalagens, etc.), preços e quantidades com os produtos que comercializa. Não o fazendo, ficou impossível apresentar defesa.

Registrou que, como as supostas diferenças no recolhimento do ICMS estavam “atreladas” à inclusão das citadas notas fiscais, que as desconhece á exceção das dezesseis já apresentadas, as diferenças não teriam ocorrido.

Diante do alegado e das provas apresentadas, requereu o cancelamento do Auto de Infração.

O autuante (fls. 323/324) esclareceu que as notas fiscais colhidas junto o Sistema CFAMT não foram anexadas aos autos nem tampouco entregues ao autuado por não tê-las recebidas na ocasião do encerramento da fiscalização. No entanto, ao recebê-las, procedeu a uma nova análise, quando foi refeito o levantamento fiscal (infração 4) com a exclusão das não apresentadas. Além deste procedimento, ainda acatou o argumento de defesa quanto aos documentos registrados na sua escrita, bem como, retificou o valor da base de cálculo do imposto, pois no relatório do CFAMT apenas é apresentado o “valor total da nota”. Reduziu o valor do imposto cobrado, anexando á sua informação todos os documentos produzidos bem como as notas fiscais.

Por fim, analisou as mercadorias constantes nos documentos fiscais, concluindo que se trataram de mercadorias atinentes ao ramo de atividade do contribuinte (supermercado), emitidas por seus habituais fornecedores, contendo correta e integralmente seus dados cadastrais, transitaram diretamente em seu destino e eram cópias retidas nos postos fiscais.

Requereu a procedência parcial da autuação.

A Repartição Fiscal intimou o autuado para se manifestar, querendo, sobre a informação fiscal e os documentos apensados ao PAF pelo autuante (fl. 1.549).

Manifestando-se (fls. 1.552/1.555), o impugnante, inicialmente, acusou as modificações do débito efetuadas pelo autuado (exclusão das notas fiscais registradas e daquelas não apresentadas pelo CFAMT). No entanto, embora tenha tido a oportunidade de ver cada uma das notas fiscais autuadas e que remanesceram no lançamento fiscal, reafirmou que nunca havia recebido mercadorias desacompanhadas de documento fiscal, nem, tampouco, deixou de registrá-las. Nesta oportunidade, trouxe os mesmos argumentos expostos na sua defesa inicial quanto ás

informações dos dados cadastrais das empresas e da captura dos documentos fiscais pela Secretaria da Fazenda nos postos fiscais, observando que este procedimento não é suficiente para configurar a hipótese de omissão de vendas de mercadorias, pois assentada em mera presunção não aceita pelos princípios gerais de direito, principalmente pelo princípio da tipicidade cerrada.

Prosseguindo com sua argumentação, imputou as aquisições á terceiros que haviam se utilizado de maneira ilegal os dados da empresa. Para corroborar este argumento, apensou, aos autos, denúncia formulada em 22/3/2005 onde acusa uma empresa situada no estado de Sergipe e uma outra neste Estado, que tentaram entregá-lo mercadorias sem nota fiscal que somente “apareceram” depois de “aborrecimentos e ameaças”.

Observou, em seguida, que a fiscalização estadual deve se ater aos princípios basilares da Constituição Federal. Em sendo assim, antes de autuar deveria o preposto fiscal examinar a legalidade do ato e buscar a verdade dos fatos.

Requeru a improcedência da autuação.

Diante das infrações 1 e 4, a 4ª JF baixou os autos em diligência á ASTEC/CONSEF (fls. 1558/1559), para que fiscal estranho ao feito elaborasse demonstrativo, considerando para o cálculo do ajuste, tanto a receita declarada pelo sujeito passivo, quanto a receita omitida que foi apurada mediante Auditoria de Caixa, até o período de outubro de 2000 e apresentada quando da informação fiscal (fls. 325/360), relativa á infração 4. Em seguida, ajustasse a cobrança do imposto ao método de apuração simplificado SimBahia, observando o disposto no art. 386-A do RICMS/97 e indicasse os valores devidos, mês a mês, deste período.

Naquela oportunidade, ainda foi solicitado que fossem verificadas as seguintes situações:

- a) feita uma análise superficial das infrações 1, 2 e 4, aparentemente, o autuante não considerou para a apuração do ICMS das infrações 1 e 2 os saldos credores de Caixa. Porém como era necessária uma análise mais acurada, foi pedido que se observasse a situação para que não existisse duplicidade de lançamento relativo a todo o período fiscalizado, ou seja, de 1999 a 2003;
- b) que fosse observada a seguinte inconsistência detectada no exercício de 2000 que poderia afetar todo o caixa do exercício, ou o imposto recolhido a menos na infração 1: para a apuração do imposto no mês de fevereiro foi indicado como receita bruta do mês o valor de R\$12.435,19 (fl. 13). Os valores desta receita bruta são os mesmos indicados como recebimentos (fl. 67 e 355) quando realizada a auditoria da Conta Caixa. Nesta auditoria, o citado mês está “zerado”.

Foi reaberto prazo de defesa.

Através do parecer ASTEC/CONSEF nº 207/2005 (fls. 1562/1564) diligente fiscal inicialmente esclareceu que a empresa autuada, apesar de não obrigada, escriturava os livros Registro de Entradas e de Saídas. Nesta circunstância, para elaboração dos demonstrativos das infrações 1 e 2, o autuante considerou os valores neles escriturados. Desta forma, nelas não havia incluído os saldos credores apurados na auditoria de Caixa;

Quanto a auditoria de Caixa (fls. 45, 67, 90, 112 e 130), os recebimentos e pagamentos foram extraídos do livro Caixa (fotocópia por amostragem às fls. 1569/1580) com a inclusão, nos pagamentos, das notas fiscais de entradas não registradas no livro Registro de Entradas.

Ressaltou que em todos os meses, exceto no mês de fevereiro/2000, os valores registrados no livro de Saídas coincidiam com os lançados na receita de vendas no livro Caixa, demonstrando, desta forma, terem sido todas elas realizadas a vista e presumindo que naquele mês (fevereiro/2000) houve erro contábil já que as vendas mensais não foram registradas. Nesta circunstância, ou seja, incluindo as vendas neste mês (R\$12.435,19) e não escrituradas no livro Caixa, apresentou novo fluxo de caixa para o exercício de 2000.

Observou que o cálculo do imposto devido, no período de janeiro/1999 a outubro/2000 foi efetuado de acordo com o determinado no art. 386-A do RICMS/97 (fl.1565), visto que naquele período a empresa estava enquadrada como microempresa no regime SimBahia. Esclareceu que ao apurar a Receita Total, adicionou à Receita declarada pela empresa os saldos credores constatados no fluxo de caixa, conforme planilha apensada à fl. 1564-A. Com base no levantamento elaborado pelo autuante à fl. fl. 359, bem como pelas retificações procedidas, no período de novembro/2000 a dezembro/2003, o débito da infração 4 passou a ser de R\$33.375,93.

O autuante ao tomar conhecimento da diligência fiscal, com ela concordando (fl. 1587 verso). O autuado ao ser chamado para este conhecimento (fls. 1587/1588) manifestou-se (fls. 1591/1594), ressaltando que por ter impugnado o lançamento fiscal ficou comprovado de que muitas das notas fiscais autuadas estavam escrituradas, o que levou o autuante a proceder a correção do imposto cobrado. Além do mais, entendeu correta a atitude do preposto fiscal em excluir da autuação aquelas que ao mesmo não foram apresentadas.

No entanto, insistiu com seus argumentos anteriores, ou seja:

1. não obstante ter dito a oportunidade de ver cada uma das notas que remanesceram no auto de infração, as desconhece, pois nunca adquiriu mercadorias desacompanhadas de nota fiscal;
2. dos documentos fiscais relacionados no levantamento somente dezesseis deles lhe pertenciam e foram, inclusive retirados da autuação;
3. que o fisco não pode autuar somente através de documentos fiscais colhidos nos Postos Fiscais, pois é do conhecimento de todos a utilização de dados cadastrais de empresas por terceiros. Portanto, assim agindo ele vai de encontro às disposições constitucionais, uma vez que ao servidor público ou o julgador administrativo compete, por obrigação, examinar a legalidade do ato, buscar a verdade dos fatos, e não, em face de uma interpretação equivocada da legislação tributária, a desprezar, substituindo por mera presunção, obrigando o contribuinte a pagar por uma ilegalidade que não cometeu. Ressaltou, novamente e para embasar este argumento, a denúncia criminal que fez contra empresa localizada no Estado de Sergipe e uma outra da Bahia e o fato de que o contribuinte por não deter o Poder de Polícia, não possui competência para investigar, descobrir e punir os responsáveis por tais procedimentos, não podendo, entretanto, ser responsabilizado pelos crimes tributários de terceiros.
4. que as supostas diferenças apuradas por estarem “atreladas” ao lançamento dos documentos fiscais colhidos por esta Secretaria da Fazenda, lançadas no seu Caixa e não reconhecidas como aquisições realizadas, não poderia subsistir. Assim, como a autuação se deu exclusivamente com base em ficção, ainda que com “letras legais”, não tinha possibilidade de recepção pelas normas constitucionais e legais superiores, tendo em vista que o Sistema Tributário Nacional é de tipicidade cerrada.

## VOTO

Afasto as arguições de nulidade da autuação, pois o motivo para aplicação de qualquer caso previsto no art. 18 do RPAF/99, como seja, a falta de entrega dos documentos fiscais colhidos junto ao Sistema CFAMT foi sanado quando da informação fiscal. Inclusive, todos os documentos cujas cópias não foram anexadas aos autos, bem como apresentadas ao contribuinte, foram excluídos da autuação.

Quanto ao seu entendimento de que a presunção aplicada na infração 4 fere direitos constitucionais, informo que este foro administrativo não pode discutir esta matéria, conforme disposições do art. 167, do RPAF/99 (Dec. nº 7.629/99). Neste momento apenas devo me ater às normas tributárias que regem o ICMS a nível estadual.

No mérito as infrações 1 e 2 exigem do autuado o ICMS pelo seu recolhimento a menos, na

condição de microempresa e empresa de pequeno porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do Imposto – SimBahia. A defesa não as contestou. No entanto, na fase de instrução processual observei que havia imposto cobrado nos meses de novembro e dezembro de 1999, bem como no de março de 2000. Estes meses também estavam incluídos no levantamento fiscal referente a auditoria de caixa. Diante da situação peculiar da empresa (microempresa enquadrada no SimBahia) e das determinações legais, foi necessário ajustar a Receita Bruta da empresa, unindo neste período as duas infrações (1 e 4) para se saber se haveria ou não imposto a ser reclamado. Este procedimento foi realizado por fiscal estranho ao feito.

Além do mais, tive dúvidas se nas infrações 1, 2 o autuante havia considerado, para a apuração do ICMS, os saldos credores de Caixa. Visando impedir a existência de duplicidade de lançamento relativo a todo o período fiscalizado, ou seja, de 1999 a 2003, foi solicitada diligência. A diligente fiscal (Parecer ASTEC/CONSEF nº 207/2005) informou que, como a empresa autuada, apesar de não obrigada, escriturava os livros Registro de Entradas e de Saídas, o autuante havia considerado para estes dois itens somente os valores neles lançados. Desta forma, os saldos credores apurados na auditoria de Caixa não fizeram parte destes itens ora em análise.

Pelo exposto, é excluído da infração 1 o imposto cobrado referente aos meses de novembro e dezembro de 1999, bem como o de março de 2000 e o exigido neste item passa de R\$505,00 para R\$280,00, conforme demonstrativo de débito a seguir. Mantenho, por outro lado, em sua totalidade a infração 2 no valor de R\$508,40.

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO INFRAÇÃO 1

CÓDIGO DÉBITO	DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	ICMS	MULTA (%)
10	30/11/2000	09/12/2000	60,00	50
10	31/12/2000	09/01/2001	60,00	50
10	30/11/2001	09/12/2001	80,00	50
10	31/12/2001	09/01/2002	80,00	50
TOTAL			280,00	

A infração 3 trata da falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação. O defendente não se pronunciou a respeito da acusação. Não havendo lide a ser decidida e estando comprovada a irregularidade cometida (fls. 18/41 dos autos), a mantenho no valor de R\$2.329,44, fazendo a seguinte observação: os documentos fiscais autuados neste item, a exceção daqueles de nº 1.021 de abril/2002 (fl. 344), nº 306.413, de fevereiro/2003 (fl. 350) e nº 379.085 de outubro/2003 (fl. 353) não foram colhidos junto ao Sistema Informatizado desta Secretaria da Fazenda e sim, junto a empresa autuada. Informo, ainda, que o de nº 1.021 foi excluído do item 4 da autuação por estar lançado na escrita do impugnante, porém sem o recolhimento da antecipação tributária. Os outros dois, diante do meu convencimento e da norma legal vigente, que adiante exponho, não podem ser retirados do levantamento fiscal.

A infração 4 exige o ICMS por omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor na Conta Caixa nos exercícios de 1999 a 2003.

O autuante de posse das notas fiscais de aquisições (aquelas encontradas no estabelecimento autuado e as colhidas junto ao Sistema Informatizado desta Secretaria da Fazenda nos Postos Fiscais) e do livro Razão - Conta Caixa da empresa o recompôs. Ou seja, a irregularidade foi constatada na escrita contábil do defendente e pelos documentos fiscais de aquisições, vez que o autuado ao não ser obrigado a escriturar o livro Registro de Entradas, é obrigado a guardar tais documentos, por um período de 5 anos e em ordem cronológica.

Esta auditoria pode ser aplicada, e deve, pelo fisco estadual, pois o art. 4º, § 4º da Lei nº 7.014/96 elenca como presunção da ocorrência de operações mercantis tributáveis sem pagamento do imposto, sempre que a escrituração contábil apresentar saldo credor de caixa, suprimimento de caixa de origem não comprovada, manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes e as entradas de mercadorias não contabilizadas, salvo se o contribuinte provar o contrário. Portanto, não sendo comprovado como foram pagas as despesas existentes no período fiscalizado, tem base legal o procedimento realizado pelo autuante. E, no caso, cabe ao sujeito passivo a prova contrária, já que a comentada presunção é *jurus tantum*.

O impugnante centrou sua defesa, quanto ao mérito da autuação, nos seguintes pontos:

1. das notas fiscais autuadas, somente dezesseis delas foram aquisições realizadas pela empresa e as mesmas se encontravam escrituradas. O autuante, quando de sua informação fiscal, revisou o lançamento as excluindo da autuação, o que sana qualquer irregularidade existente sobre esta específica situação.
2. que as mercadorias consignadas nos demais documentos não foram suas aquisições e sim de terceiros que utilizaram seus dados cadastrais para cometer ilícito fiscal. Neste argumento entendeu que o fisco não poderia autuar exclusivamente através de documentos por ele colhidos quando do trânsito das mercadorias.

Observe, inicialmente, que este Colegiado tem se posicionado favoravelmente ao sujeito passivo, quando não existem provas da efetiva entrada da mercadoria no estabelecimento. É por este motivo que o autuante também excluiu do levantamento fiscal aqueles documentos que, embora relacionados na listagem elaborada pelo CFAMT, não foram apresentados. No entanto, as demais notas fiscais estão revestidas de todas as formalidades legais, têm como destinatário o autuado, são dos seus fornecedores, foram internalizadas neste Estado, foram colhidas pelo próprio fisco estadual, além de serem compras à prazo. Diante desses fatos, os citados documentos constituem prova suficiente da existência de operações comerciais por ele realizadas e devem compor a auditoria de Caixa feita. A contraprova, a fim de desconstituir a infração, caberia ao autuado, uma vez que a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a legitimidade da autuação fiscal, devendo apresentar a prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da obrigação tributária.

3. era obrigação do estado, por ter Poder de Polícia, investigar a situação. Para comprovar sua argumentação citou, pois não encontrei apensado aos autos, que havia formulado denúncia contra empresa situada neste Estado e em Sergipe pelo uso irregular de sua inscrição cadastral. Se, acaso, como afirmou o defendente, terceiros utilizaram fraudulentamente seus dados cadastrais, cabe a ele buscar junto ao Poder Judiciário a solução da situação.

Entretanto, o autuado encontrava-se enquadrado no Regime Simplificado de Apuração do ICMS - SimBahia, na condição de microempresa nos exercícios de 1999 e 2000. A Lei nº 7.357/98, que instituiu o SIMBAHIA, em seu art. 19, determina que o imposto deve ser exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, quando se constatar quaisquer das situações previstas nos seus arts. 15, 16, 17 e 18. O caso em análise (saldo credor de caixa), enquadra-se no art. 15, V, da citada Lei, ou seja, houve a ocorrência da prática de uma infração de natureza grave. Porém este mesmo inciso determinava que as infrações consideradas graves eram aquelas elencadas em regulamento, ou seja, no RICMS/97, que no seu art. 408-L, à época, não contemplava esta situação. Somente com a partir das modificações feitas pela Alteração nº 20 - Decreto nº 7.867, de 01/11/00 publicado no DOE de 02/11/00, é que as infrações especificadas no inciso III do art. 915 do Regulamento neste artigo foram inseridas. Ou seja, a norma tributária, até outubro de 2000, não previa a perda do direito do contribuinte de sua situação em recolher o imposto conforme previsto no SimBahia, mesmo que fosse constatada a prática de atos fraudulentos, como exemplo, saldo credor de caixa, ora em análise.

Quanto ao imposto apurado a partir de novembro de 2000, a Lei nº 8.534/02 alterou o art. 19 da Lei nº 7.357/98, passando o imposto a ser exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, a partir da ocorrência dos fatos e os créditos fiscais apurados utilizando-se o percentual de 8% sobre o valor das saídas computadas na apuração do débito do imposto, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais, a não ser que o contribuinte comprove a existência de créditos superiores ao acima indicado (§§ 1º e 2º do art. 19 da citada Lei). E este foi o procedimento do autuante como provado às fls. 359/360 do processo.

Em vista do exposto, diligência fiscal foi solicitada por este Colegiado, oportunidade em que o imposto relativo ao exercício de 1999 até outubro de 2000 foi ajustado ao Simbahia. Neste ajuste, com base naquele já realizado pelo autuante diante das razões de defesa e como se constata às fls. 359/360 dos autos, a diligente apresentou o imposto devido deste período, o que o tomo como devido. Mantenho a autuação parcialmente no valor de R\$33.375,93, conforme demonstrativo de débito a seguir. Ressalto que a multa aplicada até outubro de 2000 é de 50%, conforme art. 42, I, “b”, da Lei nº 7.014/96, vez que o contribuinte à época não perdia o direito de recolher o imposto na forma do regime do SimBahia.

#### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO INFRAÇÃO 4.

CÓDIGO DÉBITO	DATA OCORRÊNCIA	DATA VENCIMENTO	ICMS	MULTA (%)
10	31/11/1999	09/12/1999	125,00	50
10	31/12/1999	09/01/2000	125,00	50
10	31/03/2000	09/04/2000	25,00	50
10	30/06/2000	09/07/2000	60,00	50
10	31/07/2000	09/08/2000	60,00	50
10	30/08/2000	09/09/2000	140,00	50
10	30/09/2000	09/10/2000	220,00	50
10	31/10/2000	09/11/2000	200,00	50
10	30/11/2000	09/12/2000	1.349,26	70
10	31/12/2000	09/01/2001	2.115,55	70
10	31/01/2001	09/02/2001	101,76	70
10	28/02/2001	09/03/2001	236,16	70
10	31/03/2001	09/04/2001	1.009,53	70
10	30/04/2001	09/05/2001	942,38	70
10	31/05/2001	09/06/2001	626,71	70
10	31/07/2001	09/08/2001	363,56	70
10	31/08/2001	09/09/2001	622,23	70
10	30/09/2001	09/10/2001	395,40	70
10	31/10/2001	09/11/2001	688,67	70
10	30/11/2001	09/12/2001	314,13	70
10	31/12/2001	09/01/2002	690,17	70
10	31/01/2002	09/02/2002	571,95	70
10	28/02/2002	09/03/2002	689,28	70
10	31/03/2002	09/04/2002	472,56	70
10	30/04/2002	09/05/2002	817,33	70
10	31/05/2002	09/06/2002	456,79	70
10	30/06/2002	09/07/2002	1.061,88	70
10	31/07/2002	09/08/2002	1.342,54	70
10	31/08/2002	09/09/2002	2.084,31	70
10	30/09/2002	09/10/2002	937,85	70
10	31/10/2002	09/11/2002	2.233,67	70
10	30/11/2002	09/12/2002	2.437,00	70
10	31/12/2002	09/01/2003	1.979,03	70
10	31/01/2003	09/02/2003	503,48	70

10	28/02/2003	09/03/2003	1.518,64	70
10	31/03/2003	09/04/2003	1.333,87	70
10	30/04/2003	09/05/2003	595,35	70
10	31/05/2003	09/06/2003	534,02	70
10	30/06/2003	09/07/2003	732,55	70
10	31/07/2003	09/08/2003	845,70	70
10	31/08/2003	09/09/2003	1.039,68	70
10	30/09/2003	09/10/2003	387,49	70
10	31/10/2003	09/11/2003	371,24	70
10	31/12/2003	09/01/2004	19,21	70
TOTAL			33.375,93	

Voto pela procedência parcial da autuação no valor de R\$36.493,77.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **110427.0014/04-1**, lavrado contra **CEREALISTA COADE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$36.493,77**, sendo R\$2.506,44 corrigido monetariamente acrescido das multas de 70% sobre R\$1.349,26, 60% sobre R\$142,18 e 50% sobre R\$1.015,00 previstas no art. 42 incisos III, II “d” e I alínea “b”, item 3 da Lei 7.014/96 e dos acréscimos moratórios e R\$33.987,33 acrescido das multas de 70% sobre R\$31.071,67, 60% sobre R\$2.187,26 e 50% sobre R\$728,40, previstas, respectivamente, no art.42, inciso III, inciso II, “d” e inciso I, alínea “b”, item 3, da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/2000, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de fevereiro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS- PRESIDENTE/RELATORA

CLAUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA